

EXPERIÊNCIAS DE ENSINO DE LÍNGUA DE SINAIS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS CHILENOS: um currículo não oficial

Maribel González Moraga¹
Karina Muñoz Vilugrón²

Resumo: No Chile ainda não existe um currículo oficial para a Língua de Sinais Chilena (LSCh). A LSCh foi considerada por muitos anos apenas como meio de comunicação (Lei 20.422, 2010). Recentemente, graças à modificação da lei, a LSCh passa a ser reconhecido como língua natural, original e patrimônio imaterial dos surdos chilenos (Lei 21.303, 2021). A lei também estabelece que o direito das crianças surdas de serem educadas e de terem acesso ao currículo nacional em LSCh como sua primeira língua deve ser respeitado. Apesar da ausência de um currículo oficial de LSCh, existem experiências educativas em escolas especiais e regulares com alunos surdos, nas quais a LSCh foi incorporada como meio de ensino do currículo nacional. Este artigo apresenta uma análise da implementação atual dos planos e programas educacionais para alunos surdos nos quais a LSCh foi incorporada. Para tanto, foram coletadas experiências e opiniões de membros de diferentes contextos e comunidades educacionais, e consultados representantes de organizações que desenvolvem políticas educacionais.

Palavras-chave: Língua de Sinais. Currículo em Língua de Sinais. Língua de Sinais Chilena. Educação de Surdos. Educação de Surdos Chilena.

SIGN LANGUAGE TEACHING EXPERIENCES IN CHILEAN DEAF EDUCATION: An Unofficial Curriculum

Abstract: In Chile, there is not yet an official Chilean Sign Language (LSCh) curriculum. LSCh was considered just as a means of communication for many years (Law 20.422, 2010). Recently, thanks to the modification of the law, LSCh is now recognized as a natural, native language and intangible heritage of Chilean deaf people (Law 21.303, 2021). The law also states that deaf children's right to be educated and get access to the national curriculum in ChSL as their first language must be respected. Despite the absence of an official LSCh curriculum, educational experiences do exist in both special and mainstream schools with deaf students, in which LSCh has been incorporated as a means of teaching the national curriculum. This article presents an analysis of the current implementation of educational plans and programs for deaf students in which LSCh has been integrated. With this aim in mind, experiences and opinions of members from different educational contexts and communities were collected, and representatives of organizations that elaborate educational policies were consulted.

Keywords: Sign language. Sign language curriculum. Chilean Sign Language. Deaf Education. Chilean Deaf Education.

¹ Doutora, Acadêmico e Pesquisadora do Departamento de Educação Especial da Faculdade de Educação da Universidad de las Américas, Santiago, Chile. Email: magonzalezmo@udla.cl

² Doutora, Acadêmico e Pesquisadora da Escola Especial de Educação do Instituto de Especialidades Pedagógicas da Universidad Austral de Chile, Puerto Montt, Chile. Email: karina.munoz@uach.cl

EXPERIENCIAS DE LA ENSEÑANZA DE LENGUA DE SEÑAS EN LA EDUCACIÓN DE SORDOS CHILENOS: Un Currículo No Oficial

Resumen: En Chile aún no existe un currículum oficial de Lengua de Señas Chilena (LSCh). La LSCh fue considerada sólo como un medio de comunicación durante muchos años (Ley 20.422, 2010). Recientemente, gracias a la modificación de la ley, la LSCh pasa a ser reconocida como lengua natural, originaria y patrimonio inmaterial de las personas sordas chilenas (Ley 21.303, 2021). La ley también establece que se debe respetar el derecho de los niños sordos a ser educados y tener acceso al plan de estudios nacional en LSCh como su primera lengua. A pesar de la ausencia de un currículo oficial de LSCh, existen experiencias educativas tanto en escuelas especiales como regulares con estudiantes sordos, en las que se ha incorporado LSCh como medio de enseñanza del currículo nacional. Este artículo presenta un análisis de la implementación actual de los planes y programas educativos para estudiantes sordos en los que se ha incorporado la LSCh. Con este fin, se recogieron experiencias y opiniones de miembros de diferentes contextos y comunidades educativas, y se consultó a representantes de organizaciones que elaboran políticas educativas.

Palabras clave: Lengua de Señas. Curriculum en Lengua de Señas. Lengua de señas Chilena. Educación de sordos. Educación Chilena de Sordos.

Introdução

A Língua de Sinais Chilena (LSCh) foi recentemente reconhecida como “língua natural, original e patrimônio imaterial dos surdos, bem como o elemento essencial de sua cultura e identidade individual e coletiva. O Estado reconhece sua condição de língua oficial dos surdos” (Lei 21.303, 2021, p. 1). Por muitos anos, a sociedade ouvinte considerou a LSCh como uma forma de comunicação que ocorre entre os surdos, sem reconhecer os aspectos culturais e identitários dessa língua para a comunidade surda.

No contexto educacional chileno, a LSCh não possui um currículo oficial para ser implementada nas salas de aula com alunos surdos. No entanto, o Ministério da Educação do Chile (Ministerio de Educación - MINEDUC) realizou várias iniciativas para promover e integrar a LSCh nas escolas especiais e regulares. Da mesma forma, as comunidades educativas têm construído propostas curriculares para possibilitar o acesso dos alunos surdos ao currículo nacional por meio dessa língua de sinais.

Para dar conta dessa experiência, primeiramente é apresentado o contexto de funcionamento e organização do sistema educacional chileno, revelando os papéis daqueles que atuaram (e ainda atuam) no processo de implementação de LSCh na escola; ou seja, o professor de educação especial, o co-educador surdo e o intérprete de LSCh. Em segundo lugar, são destacados alguns marcos no processo de reconhecimento de LSCh, juntamente com uma

descrição cronológica das iniciativas do MINEDUC para promover a LSCh no processo de aprendizagem de alunos surdos. Em consonância com esse contexto, a última parte deste artigo discute os resultados de três entrevistas e comunicações pessoais que realizamos com representantes dos três papéis de atuação acima na educação de surdos. Com base em suas reflexões e em uma compilação de documentos que também estudamos e analisamos na área específica, relatamos os avanços alcançados e os desafios persistentes na transição para um sistema educacional que reconheça o direito da criança surda à educação em sua própria língua.

O contexto educacional chileno

O sistema educacional chileno para alunos surdos é coordenado pela Unidade de Educação Especial da Divisão de Educação Geral do Ministério da Educação. A comunidade surda chilena pode acessar a educação por meio de duas modalidades educacionais diferentes. A primeira corresponde à Escola Especial, o que implica um espaço educativo onde frequentam apenas alunos com algum tipo de deficiência. Dentro dessa modalidade, existem escolas especializadas no atendimento apenas de alunos surdos e outras escolas que acolhem alunos com deficiência intelectual, motora, visual ou com deficiência múltipla. Nesta última opção educacional, os alunos surdos participam de curso especial que possui plano de estudos próprio ou estão inseridos na escola com o mesmo plano dos demais alunos (MINEDUC, 2013 in GONZÁLEZ et al., 2017).

A segunda modalidade é a escola regular com Programa de Integração Escolar (em espanhol, Programa de Integração Escolar - PIE). Este programa define-se como uma estratégia do sistema educativo que visa incentivar a participação dos alunos, em especial daqueles com Necessidades Educativas Especiais (NEE), sejam elas permanentes ou transitórias. Para tal, está disponível um conjunto de recursos e apoios para as escolas como: profissionais especializados, formação específica para professores, materiais educativos e aplicação de estratégias pedagógicas diversificadas de acordo com as necessidades dos alunos (MINEDUC, 2013; 2017b).

Uma terceira modalidade, muito rara, são as Escolas Hospitalares ou Salas de Aula Hospitalares, que possuem um modelo pedagógico de atendimento educacional para alunos em situação de doença, internados ou em tratamento médico, que são pacientes ou recebem esse

atendimento educacional cuidado em casa. Estas salas de aula do hospital são projetadas para fornecer continuidade educacional a um aluno que é paciente (MINEDUC, 2020).

Em relação à distribuição de alunos surdos no sistema educacional, embora não existam estudos que dêem conta de alguma estatística, segundo o Ministério da Educação o total de alunos surdos até o ano 2021 é de 2.227. Estes estão assim distribuídos: 1.842 alunos surdos principalmente nas escolas regulares que possuem PIE, e 385 alunos surdos nas escolas especiais. Pode-se observar que a grande maioria dos alunos surdos chilenos frequenta escolas regulares.

O professor de educação especial

Considerando seu papel nas escolas com PIE, o professor de educação especial atua como parte da equipe de sala de aula. Esse profissional trabalha junto com o diretor da sala regular e o coeducador surdo. Suas principais funções incluem: determinar o apoio dos alunos surdos de acordo com suas necessidades educacionais, trabalhar diretamente com os alunos e orientar o diretor da sala de aula sobre as adaptações curriculares a serem implementadas (MINEDUC, 2022).

No contexto das escolas especiais, o professor de educação especial desempenha um papel semelhante ao de um professor de sala de aula regular, sendo assim responsável pelo processo de aprendizagem dos alunos em diversas disciplinas, seguindo o currículo nacional (MINEDUC, 2022).

O educador surdo

Em um estudo recente de González (2017) com um grupo de educadores surdos (professores surdos e coeducadores surdos) sobre seu papel na educação de surdos, os educadores surdos se percebem como “modelos identitários e transmissores da experiência, língua e cultura surda para alunos surdos”, destacando assim a importância do seu papel na educação de surdos. Para cumprir esse papel, os educadores surdos concordam que “é preciso identificar-se como membro da comunidade surda, manejar conhecimentos específicos e ferramentas metodológicas de ensino-aprendizagem”, bem como promover uma relação positiva entre a comunidade surda e ouvinte (GONZÁLEZ, 2017, p. 229).

No Chile, o nome *coeducador* surdo foi adotado para se referir a adultos surdos que trabalham em escolas, mas que não possuem formação profissional. Assim, eles não podem ser responsáveis por uma disciplina escolar, como é o caso de um professor surdo (que possui diploma universitário para a profissão). No entanto, ainda não há clareza por parte da maioria das escolas sobre o papel que os educadores surdos devem desempenhar. Conseqüentemente, de uma escola para outra, as funções que desempenham e as responsabilidades que cada uma tem variam significativamente (DE LA PAZ et al., 2016; GONZÁLEZ, 2017). Segundo Catin et al. (2020), com base nas entrevistas que realizaram com coeducadores no sul do Chile, apontam que as principais atividades que os coeducadores surdos desenvolvem em contextos educacionais são “jogos e/ou atividades didáticas que facilitam a aquisição e avaliação do aluno de sua língua no contexto escolar, além de executar atividades de formação de LSCh para a comunidade educativa” (p. 156).

É relevante indicar que em 2018 foi publicado o *Perfil Coeducador Surdo de Língua de Sinais e Cultura Surda do Chile* (em espanhol, *Co-Educador Sordo de Lengua de Señas Chilena y Cultura Sorda*) pelo órgão que certifica as competências laborais no âmbito nacional nível (Chile Valora). Este foi o primeiro passo para certificar aqueles adultos Surdos que têm anos de experiência trabalhando em escolas especiais e regulares, mas não possuem um documento que avalize suas habilidades e competências para educar alunos surdos (GONZÁLEZ, DÍAZ, 2022). Neste perfil, fica explícito que seu principal objetivo é:

a transmissão da Língua de Sinais Chilena (LSCh) e da Cultura Surda, e o apoio de professores e profissionais assistentes no processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos, de acordo com as características do contexto escolar, os princípios da Pedagogia dos Surdos e do Comum Europeu Quadro de Referência para Línguas (QECR). (Gobierno de Chile, 2018, par 3.).

Atualmente não existem estudos estatísticos disponíveis que indiquem com certeza a distribuição e o número de coeducadores surdos ativos nos ambientes educacionais do país. No entanto, de acordo com a informação recolhida pelos profissionais do MINEDUC, até ao ano de 2021, registou-se um registo de 94 coeducadores, 24 deles em escolas especiais, e 53 em PIE (A. Pérez, comunicação pessoal, 9 de novembro de 2021).

Por outro lado, os professores surdos, adultos, com habilitações de licenciatura na profissão docente, são uma minoria, e trabalham em maior medida em escolas especiais. Nestes,

cumprem o mesmo papel de um professor regular e, assim, são responsáveis por uma turma inteira ou uma disciplina curricular.

O intérprete da Língua de Sinais Chilena

O intérprete de Língua de Sinais Chilena no contexto da educação regular é um profissional cuja função é “transmitir conteúdos pedagógicos, conversas, discussões e reflexões dos atores que participam das aulas de uma língua oral para uma língua visual gestual e vice-versa” (TOLEDO et al., 2020, p. 691).

Na regulamentação atual, o intérprete de LSCh aparece como parte dos recursos que facilitam o acesso à informação dos alunos surdos (Decreto Supremo nº 170, 2009; MINEDUC, 2015). No entanto, ainda não existe uma formação que conduza a um grau profissional em interpretação e tradução de língua gestual (de espanhol para LSCh e vice-versa). No momento, as universidades criaram cursos de diploma e especializações técnicas que visam fornecer os conhecimentos e as ferramentas necessárias para quem deseja atuar como intérprete (GONZÁLEZ, PÉREZ, 2017).

Recentemente, em 2020, por meio da *Comissão Nacional do Sistema de Certificação de Competências Trabalhistas (2020)*, é estabelecido o Perfil do Intérprete de *Língua de Sinais Chilena* no contexto educacional, que, como no caso dos coeducadores surdos, tem o objetivo de certificar as competências e habilidades desenvolvidas daqueles que exercem essa função. Esse perfil descreve seu papel como intérprete tanto em LSCh quanto em espanhol (oral ou escrito), facilitando o acesso comunicativo dos alunos surdos “aos conteúdos e práticas curriculares dentro da comunidade educacional, de acordo com as necessidades do currículo e as características do aluno” (Gobierno de Chile, 2020, par. 4).

Desde a descrição incipiente da função e do papel dos intérpretes de LSCh, ainda há uma confusão, principalmente no contexto escolar. Por meio de um estudo qualitativo que teve como foco a reflexão de intérpretes chilenos, Toledo et al. (2020) demonstraram que os intérpretes de LSCh atualmente cumprem funções pedagógicas que não fazem parte de suas responsabilidades, como “explicar conteúdos, dar exemplos, mostrar imagens, fazer desenhos e fazer anotações” (p. 690).

Relativamente ao número de intérpretes que participam em contextos educativos, a Unidade de Educação Especial do MINEDUC regista um total de 237 pessoas a exercer esta função, quer em escolas especiais ou regulares com PIE. No entanto, esses dados não estão sujeitos a um estudo estatístico (A. Pérez, comunicação pessoal, 9 de novembro de 2021).

O processo de reconhecimento de LSCh

Por dez anos, sob a Lei 20.422 (2010) que estabelece normas sobre igualdade de oportunidades e inclusão social de pessoas com deficiência, a Língua de Sinais no Chile foi considerada apenas um meio de comunicação utilizado por pessoas surdas. Esse reconhecimento estava implícito, pois fazia parte de uma regulamentação sobre deficiência e não se referia a um reconhecimento de linguagem como tal (GONZÁLEZ et al., 2019). Recentemente, em 22 de janeiro de 2021, foi promulgada a Lei 21.303, que altera a Lei 20.422 (2010). Essa modificação nos regulamentos implicou uma mudança no status de LSCh e, ao mesmo tempo, definiu conceitos relevantes como: pessoa surda, comunidade surda e o que significa ser uma pessoa com deficiência auditiva.

A LSCh foi reconhecida como a língua natural, original e oficial dos surdos. Além disso, a lei a descreve como “patrimônio imaterial dos surdos, bem como elemento essencial de sua cultura e identidade individual e coletiva” (Lei 21.303, 2021, p. 1).

Por outro lado, a lei considera o surdo como aquele que possui a funcionalidade auditiva reduzida ou ausente, enfatizando seu desenvolvimento visual e conseqüentemente seu direito de ter acesso à comunicação em língua de sinais. Também enfatiza o direito de ser identificado e reconhecido como parte de uma comunidade linguística que constitui uma cultura minoritária. Sobre a educação de surdos,

o ensino para alunos surdos nos estabelecimentos...deve garantir o acesso a todos os conteúdos do currículo comum, bem como a qualquer outro que o estabelecimento de ensino ofereça, através da língua de sinais como primeira língua e em espanhol escrito como segunda língua. (Lei 21.303, 2021, p. 2).

Essa mudança de status significaria um importante suporte para o fortalecimento da educação dos alunos surdos em sua primeira língua. No entanto, como essa mudança é muito incipiente, ainda não se materializou ações concretas nesse sentido. Ao consultar um

representante da Unidade de Educação Especial do MINEDUC sobre o impacto desta lei, aponta

Acredito que o fato de definir os surdos; o fato de definir a língua de sinais (...) e o fato de incorporar e considerar que (...) você tem o direito de acesso pleno ao currículo através da sua língua como primeira língua (...) elementos cruciais para a abordagem bilíngue da educação de surdos. Esses fatores seriam essenciais para a integração da LSCh no processo educacional e, por sua vez, abrindo espaço para a audição (alunos) aprenderem essa língua. (A. Pérez, comunicação pessoal, 10 de junho de 2021).

Iniciativas do MINEDUC para promover a LSCh na educação de surdos

Embora o reconhecimento da LSCh como língua seja muito incipiente para se falar sobre o impacto de tal mudança de regulamentação, vale destacar que há mais de uma década a Unidade de Educação Especial do MINEDUC vem realizando uma série de ações para integrar e fortalecer a LSCh no currículo dos alunos surdos. Tais ações incluem: capacitação e orientação de comunidades educativas; criação e divulgação de materiais educativos e oficinas de formação para co-educadores surdos e intérpretes de LSCh. Estas últimas ações têm avançado no sentido de estabelecer o perfil e as competências dos co-educadores e intérpretes nos contextos educacionais mencionados. A seguir apresentamos essas iniciativas em ordem cronológica, para fornecer uma visão geral do progresso em cada aspecto indicado.

O Programa de Fortalecimento da Educação de Surdos

Em 2005, a *Nova Política Nacional de Educação Especial* foi apresentada pelo MINEDUC referente ao período de 2006 a 2010. As linhas de ação desta política centraram-se na melhoria curricular e na gestão escolar, programa de integração escolar e atenção à diversidade. Além disso, seu objetivo foi fortalecer o trabalho educativo das escolas especiais por meio da formação de professores e profissionais, promover a participação da família e conscientizar sobre as questões da deficiência (HERRERA, 2010).

A educação de surdos passou a fazer parte dessa nova política por meio do *Programa de Fortalecimento da Educação de Surdos* (período de 2006 a 2009). Este programa esteve a cargo de uma equipe composta por uma professora surda, uma psicóloga com experiência no trabalho com crianças surdas e suas famílias e uma professora de educação especial. Uma das atividades

centrais em 2008 foi a formação de equipes compostas por um professor de educação especial e um adulto surdo de diferentes regiões do Chile. O treinamento foi focado no ensino sobre a LSCh e Cultura Surda (MINEDUC, 2008). No mesmo ano, outra atividade relevante organizada foi o *I Workshop Nacional de Coeducadores Surdos*, que teve como objetivo promover o diálogo e a reflexão sobre o papel e as funções dos coeducadores surdos na escola especial. Por meio dessas discussões, o workshop ajudou educadores e formuladores de políticas a obter mais informações sobre o papel dos coeducadores nas diferentes regiões do país (A. Pérez, comunicação pessoal, 10 de junho de 2021).

Durante 2009, o objetivo do Programa de Fortalecimento da Educação de Surdos foi a geração de material didático para escolas e famílias com crianças surdas. O principal objetivo dessas atividades foi conscientizar sobre a relevância da LSCh no processo de aprendizagem de alunos surdos em diversos contextos educacionais. Uma das atividades de destaque foi o lançamento do *Dicionário Bilingue de Língua de Sinais e Espanhol* (ACUÑA et al., 2009; MINEDUC, 2009a). Este foi o primeiro material produzido como parte de um processo de pesquisa liderado pela Universidade Metropolitana de Ciências da Educação com o apoio do MINEDUC. O dicionário foi entregue em diferentes escolas, e atualmente está disponível no site do MINEDUC para download. No que diz respeito às famílias, *O guia de apoio às famílias de crianças surdas. A história de Matías e sua família* foi gerada (MINEDUC, 2009b). Junto com a distribuição desses materiais, foram realizados encontros regionais e nacionais com educadores surdos e profissionais de escolas especiais e regulares com PIE.

Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação com LSCh

Após o Programa de Fortalecimento da Educação de Surdos, o MINEDUC continuou a desenvolver as suas atividades de apoio às escolas com alunos surdos. Entre 2011 e 2015, foi desenvolvido o Projeto *TIC e Diversidade*, que teve como objetivo promover o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) em escolas com alunos com necessidades educativas especiais no Chile. Em 2015, profissionais de escolas especiais e regulares com programas de integração no país foram capacitados em TICs e receberam softwares de apoio à leitura em espanhol e aquisição de vocabulário em LSCh e com foco especial nas disciplinas de Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia e Ciências Sociais (MINEDUC, 2017a).

De modo geral, essas atividades visaram a formação do coeducador surdo e intérprete do LSCh, reflexão e definição de seu perfil.

Em 2015, foi realizado o 2º *Workshop Nacional de Coeducadores Surdos*. Com mais de cinquenta participantes de diferentes escolas do Chile, esta conferência teve como objetivo aprofundar a experiência dos coeducadores surdos na linguística de LSCh e planejamento de aulas, bem como seus conhecimentos na diversificação de suas estratégias de ensino para alunos surdos (A. Pérez, pessoal comunicação, 10 de junho de 2021). Três anos depois, em 2018, foi realizado o 3º *Workshop Nacional de Coeducadores Surdos*, cujo principal objetivo foi coletar ideias e experiências para lançar as bases do papel do coeducador na educação.

A construção de um perfil de trabalho que descrevesse as competências, conhecimentos e atividades a desempenhar em contextos educativos, foi o resultado de um longo processo que teve início em 2008 quando a figura do Coeducador Surdo passou a ser oficializada. No entanto, não foi até 2017 que uma *Organização Setorial de Competências Laborais em Língua de Sinais Chilena* (LCSO) foi estabelecida. A LCSO é composta por representantes de organizações de surdos, escolas com representantes de alunos surdos e membros de instituições públicas como a Unidade de Educação Especial do MINEDUC e o Serviço Nacional de Deficiência (SENADIS). Sob a orientação da Comissão do Sistema Nacional de Certificação de Competências Trabalhistas, essa equipe conseguiu definir o *Perfil de Competências do Coeducador Surdo de Língua de Sinais e Cultura Surda* (Gobierno de Chile, 2019), que especifica os coeducadores surdos função e funções, conforme descrito nas seções anteriores. Um ano depois, em 2019, foi realizado o 1º *Workshop Nacional de Intérpretes da LSCh*. Em 2020, foi formalizado o perfil de *Intérprete de Língua de Sinais Chilena em Contextos Educacionais*, seguindo um processo semelhante ao descrito acima (Gobierno de Chile, 2020).

O estabelecimento de ambos os perfis representa o início de um processo de validação e reconhecimento de ambos os papéis. Espera-se que a partir desta primeira etapa, os profissionais que cumprem essas funções nas escolas sejam avaliados e posteriormente certificados como competentes em cada uma dessas funções.

Orientações técnicas para estabelecimentos de ensino com alunos surdos

Durante 2021 e 2022, a Unidade de Educação Especial do MINEDUC desenvolveu Orientações Técnicas para estabelecimentos de ensino com alunos surdos (MINEDUC, 2022). Para sua elaboração, foram consideradas as opiniões e necessidades expressas pelos surdos que atuam na educação de surdos. Entre estes, docentes e dirigentes de estabelecimentos de ensino, bem como diversos profissionais da área acadêmica e de investigação. Este material refere-se às diferentes áreas a serem consideradas quando se pretende proporcionar condições ótimas para a educação de alunos surdos. Ao mesmo tempo, serve de guia e suporte para as escolas, definindo os papéis e funções dos profissionais envolvidos na educação de surdos.

Experiências de integração da LSCh no currículo chileno

O processo de integração da LSCh no currículo chileno é caracterizado por uma diversidade em sua aplicação tanto nas escolas especiais quanto nas regulares. Para entender melhor esse processo, descreveremos as alternativas de implementação do currículo Nacional. Em primeiro lugar, o Currículo Chileno contempla: as Bases Curriculares, os Programas de Estudos e os Planos de Estudos vigentes de acordo com a legislação nacional.

As Bases Curriculares estabelecem os Objetivos de Aprendizagem (OA), que descrevem o desempenho mínimo que se espera que os alunos atinjam em cada disciplina e de acordo com a série escolar. Os Planos de Estudo apresentam uma proposta de disciplinas comuns a todas as escolas do país, incluindo a distribuição de um tempo destinado a trabalhar com cada uma delas. Os Programas de Estudos correspondem a uma proposta didática sobre como atingir os OA propostos no ano letivo. Esses programas se referem a cada disciplina individualmente e incluem orientações sobre a metodologia de trabalho, recursos e avaliações (MINEDUC, 2017c).

Planos e programas têm qualidade obrigatória. No entanto, as escolas são livres para desenvolver seus próprios Planos e Programas. Para o efeito, devem cumprir os objetivos gerais definidos nas Bases Curriculares, e acrescentar objetivos complementares de acordo com os seus objetivos e necessidades particulares. Estes Planos e Programas particulares devem ser revistos e autorizados pelo MINEDUC para serem implementados.

Outro conceito é a Proposta Curricular. Este é um documento de referência, específico para cada escola, que é elaborado pela comunidade educativa para a melhor aplicação curricular, de acordo com as características específicas dos alunos e do contexto escolar.

Por fim, a Apropriação Curricular refere-se ao exercício das comunidades educativas em responder à pergunta: “Como se adapta o currículo nacional ao contexto, características, interesses e necessidades dos alunos?” Espera-se que a escola projete a melhor adaptação curricular para que seus alunos “desenvolvam habilidades, atitudes e conhecimentos de qualidade, para que possam ter acesso a uma educação integral” (MINEDUC, 2017c, p.14).

Exemplos de implementação curricular da LSCh em escolas de surdos

Com base na experiência de uma profissional da Unidade de Educação Especial do MINEDUC, uma professora surda com experiência em escolas de surdos e uma educadora especial que atua em escolas regulares com alunos surdos, apresentamos nesta seção alguns exemplos de como as escolas têm implementado a língua de sinais - a LSCh no nosso caso - no currículo.

Atualmente, existem apenas duas escolas de surdos (entre as escolas de surdos existentes) que criaram seus próprios Planos e Programas. Os restantes desenvolveram Propostas Curriculares para fazer adaptações ao currículo nacional, ou apenas seguiram o currículo nacional. Em consonância com essas experiências escolares, os exemplos escolhidos visam demonstrar como essas duas escolas desenvolveram uma trajetória educacional em direção a uma abordagem intercultural bilíngue, utilizando a LSCh como primeira língua para ensinar alunos surdos.

Ambas as escolas estão localizadas em Santiago, capital do Chile. A primeira escola criou os seus próprios Planos e Programas, elaborados pela comunidade educativa da escola e aprovados pelo MINEDUC. Nesse espaço educacional, a LSCh é uma disciplina específica do currículo e é ministrada por educadores surdos (INDESOR, 2014). Segundo a opinião de um profissional que trabalha na Unidade de Educação Especial do MINEDUC, embora esta escola seja uma referência na sua proposta educativa, este tipo de experiência é difícil de replicar noutros contextos (A Pérez, comunicação pessoal, 10 de junho de 2021).

Um segundo exemplo é uma escola de surdos que criou um departamento de LSCh composto por coeducadores surdos e professores surdos. Por meio de um trabalho colaborativo, esse grupo conseguiu construir uma Proposta Curricular para fornecer orientações pedagógicas sobre como ensinar a LSCh como primeira língua (L1) para alunos surdos de diferentes níveis de ensino. Uma professora surda, que faz parte deste departamento da LSCh, afirma:

Como começou? Eu tinha a ideia de que faltava um programa de L1...alguma orientação para trabalhar de acordo com os objetivos de aprendizagem, os indicadores de aprendizagem... Disseram que era algo muito interessante e importante de abordar e começamos a trabalhar em ideias diferentes.

O professor ressalta que ainda estão trabalhando nessa proposta e que a estão testando (K. Díaz, comunicação pessoal, 22 de julho de 2021). Portanto, embora haja um acordo dentro da escola para regular o processo de ensino da LSCh, ele se limita ao espaço disponibilizado pelo currículo regular para implementar as ações propostas.

Implementação curricular da LSCh em escolas regulares com PIE

As experiências nas escolas regulares com PIE diferem daquelas nas escolas especiais. O profissional do MINEDUC entrevistado reconhece algumas barreiras para a implementação da LSCh que estão principalmente associadas à visão e posição da equipa de gestão das escolas. Para ela, para instalar o processo de ensino e aprendizagem da LSCh, primeiramente, os dirigentes escolares devem compreender os surdos a partir de uma perspectiva cultural e linguística. Em segundo lugar, os dirigentes escolares precisam encontrar as estratégias para transmitir tal compreensão à comunidade educativa, de modo a assegurar a sua responsabilidade de integrar a LSCh no currículo e, conseqüentemente, na sua prática docente. Atualmente, essa situação não acontece, e o trabalho da comunidade educativa depende dos profissionais que administram a linguagem na escola, como os intérpretes ou os professores de educação especial. Assim, esses profissionais assumem a liderança do processo educacional dos alunos surdos (A. Pérez, comunicação pessoal, 10 de junho de 2021).

Uma professora de educação especial que trabalha com alunos surdos em uma escola regular com PIE, reflete sobre a diferença entre aspirações e ideais sobre a implementação do ensino de LSCh nessas escolas, e as barreiras específicas que dificultam sua implementação.

Ela destaca principalmente os aspectos burocráticos, a falta de informação e os poucos espaços colaborativos na comunidade escolar em geral. Em suas próprias palavras ela disse:

Hoje em dia quando a gente fala sobre a implementação da língua de sinais como assunto... eu quero que isso aconteça, eu quero acreditar, mas é difícil para mim, porque tem sido decepcionante em muitos aspectos. Não porque não há vontade. Há muita burocracia, falta de informação e pouco trabalho em equipe (...) faltam espaços colaborativos. Há muito poucos deles em relação ao que precisamos. (G. Coronado, comunicação pessoal, 27 de julho de 2021).

Além disso, o professor de educação especial indica a relevância da presença de profissionais como os intérpretes de LSCh e os coeducadores surdos. Ela aponta a multiplicidade de papéis que esses profissionais têm para cumprir o ensino da LSCh nas escolas. Em conversa que manteve com sua equipe de trabalho, a profissional destaca:

Sempre falamos sobre o tema de qual é o meu papel. Sou intérprete ou professor? A verdade é que eu sempre digo a eles: -'Aqui, você é tudo. Você é professora, você é intérprete, você é psicóloga, você é amiga' (...) (G. Coronado, comunicação pessoal, 27 de julho de 2021).

Sobre o papel dos coeducadores surdos, ela indica sua participação nas escolas regulares como referência linguística. Os coeducadores surdos trabalham diretamente com os alunos surdos e, ao participarem do Centro de Educadores Surdos (CES), ajudam na conexão com a comunidade surda estendida em todo o país (G. Coronado, comunicação pessoal, 27 de julho de 2021). Educadores surdos no Chile se organizaram através do CES. Seu principal objetivo é "fortalecer a educação de surdos e gerar uma rede que permita compartilhar informações, materiais didáticos, sanar dúvidas pedagógicas e realizar atividades de capacitação em relação a metodologias de trabalho com foco em alunos surdos" (GONZÁLEZ, DÍAZ, 2022, p. 173).

Apropriação Curricular de escolas com alunos surdos

Durante o ano de 2019, a Unidade de Educação Especial do MINEDUC focou-se no apoio às escolas especiais na perspectiva da Apropriação Curricular. O representante deste departamento destaca que as escolas especiais devem ser transformadas em escolas regulares que funcionem com o currículo nacional, mas que ofereçam um Espaço Surdo. Este processo de Apropriação Curricular não implica necessariamente na criação de Planos e Programas

únicos. As escolas precisam definir como ensinar a LSCh. Isso significa oferecer oportunidades educacionais para alunos surdos aprenderem a se comunicar em LSCh, bem como desenvolver conhecimentos linguísticos da língua de sinais. Nas palavras do entrevistado

As escolas são livres para apresentar seus próprios planos e programas, se assim o desejarem. Talvez, não seja suficiente para eles apenas contextualizar através de uma proposta curricular, e eles querem muito manifestar seu próprio projeto (...). Esse é o primeiro passo da discussão (...). Uma coisa é como os alunos surdos desenvolvem sua língua e outra é como a escola abre espaço para o aluno aprender sobre a língua. (A. Pérez, comunicação pessoal, 10 de junho de 2021).

Além disso, o entrevistado do MINEDUC indica uma diferença importante entre os conhecimentos e competências que os educadores ouvintes e surdos desenvolveram nas escolas de surdos e regulares. Em sua opinião, os educadores de escolas especiais desenvolveram estratégias especializadas no trabalho com alunos surdos, mas não possuem uma forte formação na aplicação do currículo nacional. Em contrapartida, os educadores da escola regular têm recebido formação em disciplinas específicas. Portanto, as escolas regulares precisam “fortalecer os elementos típicos dos surdos” e, no caso das escolas especiais, fortalecer o currículo e avançar para uma perspectiva bilíngue (A. Pérez, comunicação pessoal, 10 de junho de 2021).

Por outro lado, de acordo com a professora surda entrevistada, embora o processo de Apropriação Curricular possa servir de base para um currículo de LSCh adequado, o objetivo principal não seria plenamente alcançado tendo como base os planos e programas curriculares regulares propostos pelo MINEDUC. Esses planos, desde o início, não foram pensados a partir de uma perspectiva surda.

Copiando os programas do Ministério da Educação? Não. (...) Minha própria experiência, a experiência dos surdos é importante. O Ministério da Educação não sabe, não tem conhecimento disso (...) O programa deve ser ensinado a partir da cultura surda, a linguística da língua de sinais dos surdos. (K. Díaz, comunicação pessoal, 22 de julho de 2021).

Avanços e desafios na integração curricular de LSCh

Esta última seção apresenta mais algumas reflexões em relação aos principais avanços e desafios da integração da LSCh no currículo nacional. Em primeiro lugar abordamos a alteração

da regulamentação, que por força da Lei 21.303 (2021), alterou a visão da LSCh como meio de comunicação. A LSCh é hoje reconhecido como língua natural e original, patrimônio imaterial da comunidade surda do Chile.

Além disso, esta mesma lei, em seu artigo 34, estabelece que a educação dos alunos surdos deve garantir o acesso a todos os conteúdos do currículo comum, bem como a qualquer outro que o estabelecimento de ensino ofereça, por meio da língua de sinais como primeira língua e do espanhol escrito como uma segunda língua, para que seja gerado suporte legal para um futuro currículo.

Outro ponto a destacar são as ações geradas pelo MINEDUC, através da Unidade de Educação Especial. Há quinze anos esta entidade começou a desenvolver uma série de iniciativas para promover o uso da LSCh nas escolas que têm alunos surdos como parte da sua comunidade educativa. Esses esforços estão alinhados com o fortalecimento das escolas especiais e do PIE, por meio da capacitação de professores e profissionais, da geração de material de apoio educacional e da promoção da participação da família.

Nos últimos anos, o trabalho do MINEDUC tem se concentrado em estabelecer um perfil profissional de competência, a fim de certificar o trabalho que os coeducadores surdos e os intérpretes de LSCh estão realizando nos contextos educacionais (Gobierno de Chile 2018, 2020). O desenvolvimento de tais perfis pode levar a determinados padrões de conhecimento, habilidades e competências que esses profissionais devem demonstrar e/ou adquirir. Além disso, esses perfis identificarão níveis de realização profissional com o escopo de, posteriormente, fornecer-lhes formação adicional sobre as competências em que estão mais fragilizados.

Tal desenvolvimento validaria o papel central dos co-educadores na transmissão e ensino da LSCh e da Cultura Surda. Além disso, fortaleceria sua participação nos conteúdos e estratégias do ensino do LSCh na perspectiva da Pedagogia dos Surdos (GONZÁLEZ, 2022). Em relação aos intérpretes da LSCh, permitiria avançar na profissionalização de sua função, considerando que não há carreira de intérprete no Chile.

O avanço nas ações das escolas se dá principalmente na criação de propostas curriculares para o ensino de LSCh no currículo. Como mencionado anteriormente, algumas escolas de surdos criaram seus próprios planos e programas, com uma perspectiva Intercultural Bilíngue,

validando a LSCh como primeira língua para o aluno surdo. Alguns dos estabelecimentos regulares com PIE têm avançado no sentido de sensibilizar a LSCh e a sua importância na educação da criança surda, bem como a necessidade dos intérpretes da LSCh e educadores surdos presentes nestes ambientes educativos. No entanto, não há clareza sobre como incorporar o conhecimento e a experiência da comunidade surda nos planos e programas educacionais dessas escolas.

Paralelamente a esses avanços, pudemos distinguir alguns desafios para a inclusão da LSCh no currículo escolar. Com base neste estudo, o desafio mais importante é aumentar o número de educadores surdos nas escolas, seguido de um avanço na definição e reconhecimento de sua posição e papel profissional nos diversos ambientes educacionais. Além disso, há a necessidade de defender a criação de um espaço colaborativo entre adultos surdos (profissionais e/ou não) para garantir uma constante troca e fortalecimento de práticas e ferramentas pedagógicas surdas.

Em termos de desafios curriculares, é necessário um acompanhamento (por exemplo, orientação curricular) do MINEDUC para a implementação de Propostas Curriculares ou a criação de Planos e Programas particulares. Esse acompanhamento deve ser específico e responder às realidades e necessidades das escolas surdas e regulares.

Finalmente, a experiência das escolas de surdos chilenas que implementaram um modelo intercultural bilíngue pode servir como um paradigma educacional a ser estudado, adotado e/ou adaptado por outros tipos de escolas, nacionalmente (e talvez internacionalmente), para responder aos surdos. necessidades educacionais dos alunos. Esperamos que as comunidades educacionais possam levar em consideração esses desafios e agir de acordo com as mudanças e melhorias necessárias para a implementação de modelos educacionais que realmente afirmem os direitos culturais e linguísticos dos alunos surdos chilenos.

Referências

ACUÑA, ADAMO, CABRERA. **Diccionario Bilingüe Lengua de Señas Chilena - Español Tomo I y Tomo II** (Chilean Bilingual Dictionary of Sign Spanish Sign Language, Volume I and Volume II). Biblioteca Ministerio de Educación, 2009. Available at: <<https://bibliotecadigital.mineduc.cl/handle/20.500.12365/2336>>. Access, June, 2021.

CATIN, G.; VILLANUEVA, V.; MUÑOZ, K.; CÁRDENAS, C. Coeducador y modelo lingüístico: presencia de la comunidad sorda en el contexto educativo chileno y colombiano

(Co-educator and linguistic model: presence of the deaf community in the Chilean and Colombian educational context). **Perspectiva Educacional**, v.59, n.2, 2020, p. 136–162. Available at: <<https://doi.org/10.4151/07189729-vol.59-iss.2-art.1058>>.

Consejo Nacional de Educación (s.f.). **Planes y Programas de Estudio** (Plans and Study programs). Available at: <<https://www.cned.cl/planes-y-programas-de-estudio>>.

Decreto Supremo N° 170. Fija normas para determinar los alumnos con necesidades educativas especiales que serán beneficiarios de las subvenciones para educación especial (It establishes norms to determine the students with special educational needs who will be beneficiaries of the subsidies for special education). Ministerio de Educación, 2009. Available at: <<http://portales.mineduc.cl/usuarios/edu.especial/doc/201304231500550.DEC200900170.pdf>>.

DE LA PAZ, V.; GONZÁLEZ, M.; OTÁROLA, F. Deaf Educators: Linguistic Models in an Intercultural–Bilingual Educational Context. In: GERNER DE GARCÍA, B.; KARNOPP, L. (Eds.), **Change and Promise. Bilingual Deaf Education and Deaf Culture in Latin America**. Washington, D.C.: Gallaudet University Press, 2016, p. 68-88.

Gobierno de Chile. **Comisión Sistema Nacional de Certificación de Competencias laborales, Perfil Co-educador Sordo** (National System Commission for the Certification of Labor Competencies, Deaf Co-educator Profile), 2018. Available at: <<https://certificacion.chilevalora.cl/ChileValora-publica/perfilesEdit.html?paramRequest=1614>>.

Gobierno de Chile. **Comisión Sistema Nacional de Certificación de Competencias Laborales, Perfil Intérprete de Lengua de Señas Chileno en el contexto educativo** (National System Commission for the Certification of Labor Competencies, Chilean Sign Language Interpreter Profile in the educational context), 2020. Available at: <https://certificacion.chilevalora.cl/ChileValora-publica/perfilesEdit.html?paramRequest=1847&bsearch=&bsector=8&bsubsector=285&barea=-1&bcentro=-1&bperfil=-1&resultados_length=10>.

GONZÁLEZ, M. El proceso de construcción del rol de los educadores Sordos chilenos (The process of building the role of Chilean Deaf educators). In: CASTRO, R.; FAYE, C. (Eds.), **Comunidades Sordas en América Latina. Lengua-Cultura-Educación - Identidad** (Deaf Communities in Latin America. Language-Culture-Education - Identity). Florianópolis - SC: Editora Bookes, 2017, p. 220 - 231.

GONZÁLEZ, M.; DÍAZ, K. Convertirse en educador/a Sordo/a: recorridos, aprendizajes y desafíos (Becoming a Deaf educator: routes, learning and challenges.). En: HERRERA, V. (Coord.), **Educación y Lengua de Señas Chilena: desde la experiencia Sorda a la interculturalidad y el bilingüismo** (Education and Chilean Sign Language: from the Deaf experience to interculturality and bilingualism.). Santiago, Chile: RiL editores, 2022.

GONZÁLEZ, M.; PÉREZ, A. La lengua de señas chilena: un recorrido por su proceso de desarrollo desde una perspectiva multidimensional (The Chilean Sign Language: a journey through its development process from a multidimensional perspective). **Revista Espaço**, v.47, p. 145–166, 2017.

GONZÁLEZ, M.; PÉREZ, A.; MARÍN, J. L.; VILLAVICENCIO, C. Towards the Recognition of Chilean Sign Language. In: DE MEULDER, M.; MURRAY, J.; MCKEE, R. (Eds.), **The Legal Recognition of Sign Languages**. Advocacy and Outcomes Around the World. Clevedon, UK: Multilingual Matters, 2019, p. 129–144.

HERRERA, V. Estudio de la población Sorda en Chile: Evolución histórica y perspectivas lingüísticas, educativas y sociales (Study of the Deaf population in Chile: Historical evolution and linguistic, educational and social perspectives). **Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva**, v.4, n.1, 2010, p. 211–226.

Instituto de la Sordera & Universidad Metropolitana de las Ciencias de la Educación. **10 años de bilingüismo en Chile**: Experiencias pedagógicas de la Escuela Intercultural Bilingüe para estudiantes sordos (10 years of bilingualism in Chile: Pedagogical experiences of the Bilingual Intercultural School for deaf students). Santiago, Chile: Editorial UMCE, 2014.

Law 20.422. Establece normas sobre igualdad de oportunidades e inclusión social de personas con discapacidad (Establishes rules and standards on equal opportunities and social inclusion of people with disabilities). **Official Journal of the Republic of Chile**, 10 February 2010. Available at: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idLey=20422>>.

Law 21.303. Modifica la ley n° 20.422, que establece normas sobre igualdad de oportunidades e inclusión social de personas con discapacidad, para promover el uso de la lengua de señas (Amends Law No. 20,422, which establishes rules on equal opportunities and social inclusion of people with disabilities to promote sign language use). **Official Journal of the Republic of Chile**, 22 January 2021. Available at: <<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1154963>>.

Ministerio de Educación. **Nueva Política Nacional de Educación Especial** (período 2006-2010) (New National Policy of Special Education (period 2006-2010)), 2005. Available at: <<https://especial.mineduc.cl/normativa/politica-nacional-educacion-especial/>>.

Ministerio de Educación. **Lengua de Señas y Aprendizaje Escolar** (Sign Language and School Learning), 2008. Available at: <<https://especial.mineduc.cl/recursos-apoyo-al-aprendizaje/recursos-las-los-docentes/curso-lengua-senas-chilenas-aprendizaje-escolar/>>.

Ministerio de Educación. **Diccionario Bilingüe de Lengua de Señas Chilena - Español** (Bilingual Dictionary of Chilean Spanish Sign Language), 2009a. Available at: <<https://especial.mineduc.cl/recursos-apoyo-al-aprendizaje/recursos-las-los-docentes/diccionario-bilingue-lengua-senas-chilena-espanol/>>.

Ministerio de Educación. **La historia de Matias y su familia. Guía de Apoyo para familias de niños y niñas sordas** (The Story of Matias and his family. Guide Support for families of deaf children), 2009b. Available at: <<https://especial.mineduc.cl/recursos-apoyo-al-aprendizaje/recursos-la-familia-guia-apoyo-la-familia-ninosas-sordos/>>.

Ministerio de Educación. **Orientaciones técnicas para Programas de Integración Escolar (PIE)** (Technical guidelines for School Integration Programs (PIE)), 2013. Available at: <<http://portales.mineduc.cl/usuarios/edu.especial/doc/201310081640100.orientacionesPIE2013.pdf>>.

Ministerio de Educación. **Decreto 83. Diversificación de la enseñanza.** Aprueba criterios de adecuación curricular para estudiantes con necesidades educativas especiales de educación parvularia y educación básica (Decree 83. Diversification of teaching. Approves curricular adaptation criteria for students with special educational needs in preschool and basic education), 2015. Available at: <<http://especial.mineduc.cl/wp-content/uploads/sites/31/2016/08/Decreto-83-2015.pdf>>.

Ministerio de Educación. **Sistematización del proyecto TIC y Diversidad para estudiantes sordos de NT2 A 8° Básico Informe Final** (Systematization of the ICT project and Diversity for deaf students from NT2 to 8th Grade, Final Report), 2017a. Available at: <<http://biblioteca.digital.gob.cl/handle/123456789/493>>.

Ministerio de Educación. **Programa de integración escolar** (School integration program), 2017b. Available at: <<https://escolar.mineduc.cl/apoyo-la-trayectoria-educactiva/programa-integracion-escolar>>

Minsiterio de Educación. **Orientaciones para la apropiación de las bases curriculares 7° básico a 2° medio** (Guidelines for the appropriation of the curricular bases 7th grade to 2nd grade), 2017c. Available at: <<https://www.curriculumnacional.cl/portal/Tipo/Documentos/Destacado-portada/40910:Orientaciones-para-la-apropiacion-de-las-Bases-Curriculares-de-7-Basico-a-2-Medio>>.

Ministerio de Educación. **Escuelas y aulas hospitalarias en Chile** (Hospital schools and hospital rooms in Chile), 2020. Available at: <<https://especial.mineduc.cl/wp-content/uploads/sites/31/2020/09/ESCUELAS-Y-AULAS-HOSPITALARIAS-EN-CHILE.pdf>>

Ministerio de Educación. **Orientaciones Técnicas para establecimientos educacionales con estudiantes sordos** (Technical Guidelines for educational establishments with deaf students), 2022. Available at: <<https://especial.mineduc.cl/wp-content/uploads/sites/31/2022/04/OrientacionesEstablecimientosEstudiantesSordos2022-DIGITAL.pdf>>.



PPGEDU



TOLEDO, V. P.; VILUGRÓN, K. M.; CALDERÓN, K. C. Sign language interpreter or facilitator? An experience in the Chilean educational context. **Ikala**, v.25, n.3, 2020, p. 679-693. Available at: <<https://doi.org/10.17533/udea.ikala.v25n03a06>>.

Submissão em: 15/01/2022

Aceito em: 05/04/2022

Citações e referências
conforme normas da:



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE NORMAS
TÉCNICAS

